

# IPDF reclama fim do abuso

A secretária adjunta de Obras, Ivelise Longhi não está nada satisfeita com a situação das invasões comerciais no Plano Piloto. "O governo não pode mais permitir esse abuso gratuito sobre a área pública", avalia.

No início do mês, ela recebeu o relatório da administração regional do Plano Piloto sobre o problema e ficou bastante irritada com as irregularidades reveladas.

"Não tem sentido os brasilienses pagarem o Imposto Territorial Urbano por suas casas, enquanto os comerciantes usam gratuitamente um terreno que não é deles", reclama Ivelise.

Arquiteta e presidente do Instituto de Planejamento Urbano e Territorial do DF, Ivelise concorda com as propostas apresentadas pela administração regional do Plano Piloto para taxar e definir limites rígidos para a ocupação das áreas públicas.

Outra alternativa, analisada pela Secretaria de Obras e bem vista por Ivelise é a venda definitiva dos ter-

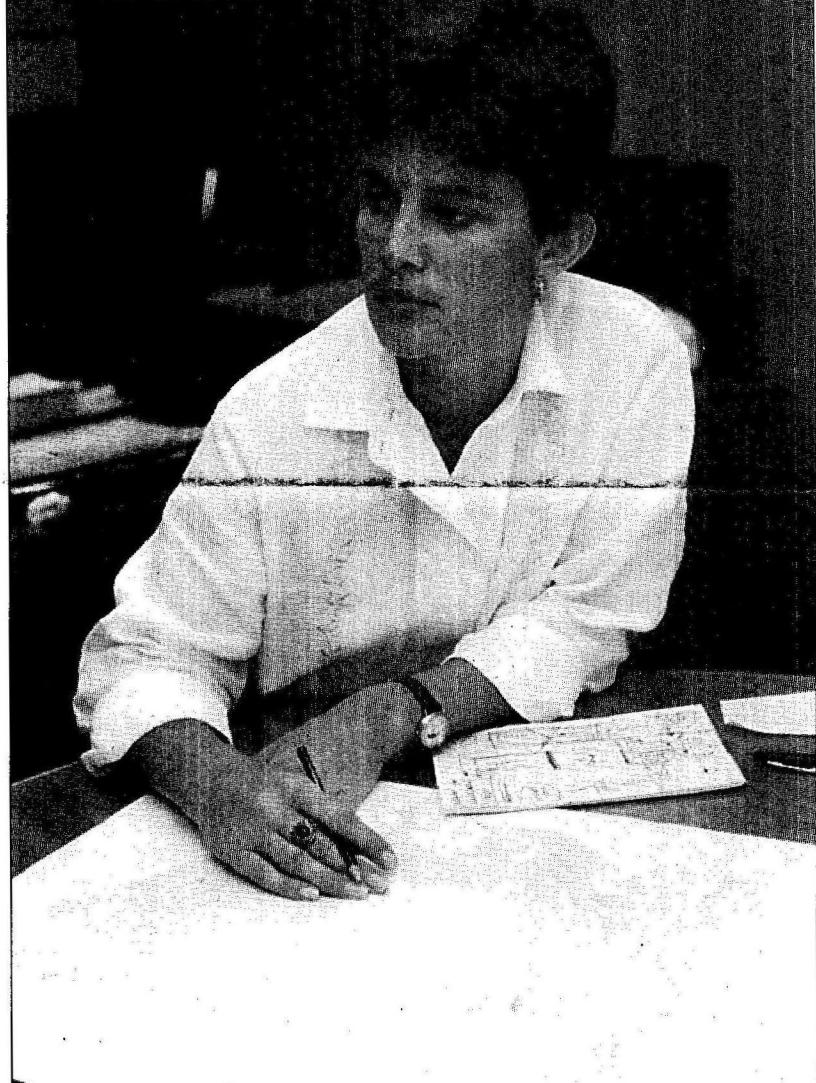
renos para os comerciantes. "Desde que eles obedeçam aos limites e parâmetros estéticos definidos pela nova lei", explica.

Ela promete, no entanto, que todas as decisões serão discutidas com a comunidade e com os órgãos do Patrimônio Histórico, já que Brasília é uma cidade tombada. "Mas não mumificada", concede, reconhecendo que "a dinâmica da vida da cidade é muito mais veloz do que a rigidez do traçado urbano".

"Por isso é importante que além dos comerciantes, todos os brasilienses estejam atentos e participem dessa polêmica", avisa Ivelise, no GDF há quatro anos.

Ela reconhece que o governo sempre empurrou com a barriga a solução para o problema das ocupações irregulares, tanto residenciais quanto comerciais. "Só quando se está no governo sabe-se como é difícil definir prioridades, tendo que fazer muita coisa ao mesmo tempo", defende-se.

Paulo Barros



Ivelise Longhi, secretária adjunta de Obras, aceita vender as invasões

Jefferson Rudy



Isac Amorim



Ornellas modificou projeto de lei que Monteiro apresentou em 1991